



Primeira aprovação da PEC do teto dos gastos foi destaque da semana

O governo Michel Temer (PMDB) registrou uma vitória na Câmara dos Deputados ao conseguir a [aprovação, em primeiro turno](#), da Proposta de Emenda à Constituição que limita os gastos públicos pelos próximos 20 anos. O texto quer vincular o crescimento das despesas à inflação do ano anterior. Foram 366 votos favoráveis e 111 contrários — a PEC 241/2016 precisava de, no mínimo, 308 votos. A nova fase de votação deve ser pautada ainda neste mês, segundo a Presidência da Câmara.

Deputados opositores chegaram a tentar barrar o andamento no Supremo Tribunal Federal, mas o [ministro Luís Roberto Barroso rejeitou o pedido de liminar](#), por considerar antidemocrático impedir a tramitação. A medida ainda causou reações da [Procuradoria-Geral da República](#) e de um grupo de juízes, membros do Ministério Público e advogados, em [nota conjunta](#). A ministra Cármen Lúcia, presidente do STF, declarou que a PEC respeita a autonomia do Poder Judiciário, após [reunião como o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles](#).

Prova lícita

O mesmo mandado de busca e apreensão pode ser utilizado duas vezes no mesmo dia e para buscas feitas tanto na casa quanto no carro do acusado. Assim entendeu a 2ª Turma do Supremo Tribunal Federal ao rejeitar recurso que questionava prova obtida em investigação sobre cartel no mercado de gás de cozinha. Policiais civis já haviam feito busca e apreensão na casa de um suspeito e retornaram ao local, mais tarde, quando grampearam ligação indicando a existência de uma agenda com anotações. *Clique [aqui](#) para ler a notícia.*

Saúde intacta

Suprimir tempo ínfimo no intervalo intrajornada não inviabiliza a saúde física e mental do trabalhador. Com esse entendimento, a 7ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho absolveu uma empresa que havia sido condenada a pagar o período integral de intervalo intrajornada, com adicional de 50%, a um forneiro que teve alguns minutos a menos de descanso — dois ou três minutos em alguns dias, segundo os cartões de ponto. Para o relator do recurso, ministro Cláudio Brandão, afirmar que houve prejuízo ao trabalhador foge até ao razoável. *Clique [aqui](#) para ler a notícia.*

Entrevista da semana

O professor e tributarista **Cláudio Tessari** relata como Brasil, Canadá e países membros da União Europeia criaram legislações protetivas de importação. Autor de obra sobre medidas antidumping, ele aponta que uma das regras obrigatórias é exigir o interesse público da restrição ao produto. “A comprovação do interesse público pode, em alguns casos, facilitar a instituição de uma medida antidumping e, em outros, fomentar a sua não aplicação”, afirma o advogado. *Clique [aqui](#) para ler a notícia.*

Audiência

Medição do Google Analytics aponta que a **ConJur** recebeu 862 mil visitas e teve 1,3 milhão de visualizações de página entre os dias 7 e 13 de outubro. A segunda-feira (10/10) foi o dia com mais



acessos, quando o site recebeu 152,8 mil visitas.

O texto mais lido, com 35,3 mil leituras, foi sobre decisão que determinou a suspensão do Facebook, por 24 horas, em processo eleitoral. O juiz Renato Roberge, de Santa Catarina, entendeu que a rede social descumpriu ordem para excluir críticas a um dos candidatos a prefeito de Joinville. Como a página citada no caso foi retirada do ar, o [Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina disse](#) que a possível suspensão do site só irá acontecer após o trânsito em julgado de um recurso. *Clique [aqui](#) para ler a notícia.*

Com 17,5 mil acessos, ficou em segundo lugar no ranking notícia de que um juiz de Salvador mandou cortar a energia elétrica na sede da Secretaria Estadual de Administração até que o governo nomeasse candidata aprovada em concurso público em 2005. Josevando Souza Andrade, da 1ª Vara dos Juizados Especiais da Fazenda Pública, baseou-se no artigo 297 do novo Código de Processo Civil, que permite ao juiz determinar as medidas adequadas para efetivação da tutela provisória. *Clique [aqui](#) para ler a notícia.*

As 10 mais lidas

[Juiz eleitoral de SC manda Facebook ficar fora do ar por 24 horas](#)

[Juiz manda cortar energia para forçar estado nomear aprovada em concurso](#)

[Defesa de Lula pede que Doria testemunhe em suspeição contra Moro](#)

[Titulares de cartório, MP e magistratura são elite salarial do Brasil](#)

[STJ usa sistema bifásico para definir valores em indenizações por dano moral](#)

[Lenio Streck: Supremo e a presunção da inocência: interpretação conforme a quê?](#)

[Tribunais superiores e STF mudam Dia do Servidor e criam feriadão](#)

[Juízes federais reagem a PEC que limita gastos do Poder Público](#)

[Litigância de má-fé de advogados é punida por juízes trabalhistas, mostra jornal](#)

[Após só achar R\\$ 50 em conta de prefeito, Justiça bloqueia seus bens](#)

Manchetes da Semana

[Mesmo mandado de busca e apreensão pode ser usado duas vezes, diz STF](#)

[Dono de jornal não é automaticamente responsável por ofensa publicada](#)

[Redução ínfima de intervalo intrajornada não prejudica trabalhador, diz TST](#)

[Aumento de 20% no número de ações dificulta trabalho do STJ, afirma Laurita Vaz](#)

[PEC que limita gastos do governo por 20 anos avança na Câmara](#)

[Recuperação judicial não impede execução contra os sócios na Justiça do Trabalho](#)

[Juízes federais reagem a PEC que limita gastos por 20 anos](#)

[Entrevista – Cláudio Tessari: “Medidas antidumping têm de levar em conta interesse público e contexto social”](#)

[Advogado não pode receber sucumbência antes de pagamento principal ao cliente](#)

[Desembargador diz quais erros anularam pena de PMs do Carandiru](#)

[Internação de adolescente não exige número mínimo de infrações](#)

Date Created

15/10/2016
